

Caderno de Questões

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

TCE **RJ**

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA DE CONTROLE EXTERNO

Controle Externo

04-08-2012



GABARITO - A

LINGUA PORTUGUESA

TEXTO

A POLÍCIA E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Miriam Abramovay e Paulo Gentili

Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas. A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens, as principais vítimas da violência. Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo.

Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las.

Nesse sentido, quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem. Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir. A medida contribui para aprofundar um vácuo de poder já existente nas relações educacionais, criando um clima de desconfiança entre os que convivem no ambiente escolar.

A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões. Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece. Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas, o que constitui enorme risco. As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres, com uma reação de desconfiança e desrespeito promovendo um conflito latente que costuma explodir em situações de alta tensão entre os jovens e a polícia. Reproduzir essa lógica no interior da escola não é recomendável.

A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras. A escola deve ser um local de proteção e protegido, e a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas.

Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretores e funcionários. Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial para enfrentar a dimensão educacional da violência social. O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade. Não das armas.

QUESTÃO 1

“Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas”. Nesse primeiro período do texto, deslocou-se o termo “em alguns países” para outras posições na frase; a nova posição que pode ALTERAR o sentido da frase original é:

- A) A presença da polícia dentro das escolas, em alguns países, tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- B) A presença da polícia dentro das escolas tem sido, em alguns países, uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- C) A presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes, em alguns países, para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- D) A presença da polícia, em alguns países, dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- E) A presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas em alguns países.

QUESTÃO 2

Ao dizer que “a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas”, o autor do texto pretende dizer, com o segmento sublinhado, que essa tem sido uma das formas:

- A) mais atuais;
- B) mais avançadas;
- C) mais frequentes;
- D) mais eficazes;
- E) mais ineficientes.

QUESTÃO 3

Em muitas passagens do texto, o autor constrói frases com o auxílio de formas verbais no infinitivo. Se substituirmos essas formas pelo substantivo cognato correspondente, a única forma INADEQUADA da nova frase é:

- A) “...para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas” / para o enfrentamento da violência das sociedades contemporâneas;
- B) “...parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens” / parece ser a maneira mais elementar de oferta de proteção às crianças e aos jovens;
- C) “...parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos” / parecem um brinde àquilo que desejamos para nossos filhos;
- D) “Precisamos compreender a origem e as razões das violências” / Precisamos da compreensão da origem e das razões das violências;
- E) “...para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las” / para pensar soluções que não contribuam para o seu aprofundamento.

QUESTÃO 4

“Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo”. As vírgulas empregadas nesse segmento do texto, justificam-se pela mesma razão das que são empregadas em:

- I. “...com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários”.
 - II. “As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres, com uma reação de desconfiança...”.
 - III. “A escola deve ser um local de proteção e protegido, e a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas”.
 - IV. “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade”.
- A) I e II;
B) II e III;
C) III e IV;
D) I e IV;
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 5

O segundo parágrafo do texto começa com o conectivo “todavia”, que mostra a oposição entre dois elementos do texto. A frase construída abaixo que mostra adequadamente a oposição presente no texto é:

- A) Apesar de a presença da polícia nas escolas ser essa uma medida muito recorrente, os efeitos da medida nunca foram demonstrados.
- B) Embora a presença da polícia no interior das escolas diminua a violência nesse espaço, muros altos e grades imensas podem colaborar na mesma tarefa.
- C) Ainda que os efeitos positivos nunca tenham sido demonstrados, a construção de muros altos e de grades imensas nem sempre traz segurança e amparo.
- D) Policiais no espaço escolar dá segurança, mas essa medida não costuma ser empregada isoladamente.
- E) Mesmo que a segurança nas escolas tenha aumentado, isso não ocorre em função de medidas adotadas até agora.

QUESTÃO 6

“Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”.

O segundo período desse fragmento do texto, em relação ao período anterior, funciona como:

- A) causa;
B) consequência;
C) explicação;
D) comparação;
E) modo.

QUESTÃO 7

Se “o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”, a única medida realmente positiva entre as que estão abaixo é:

- A) programas de convivência escolar;
B) construção de muros e grades;
C) patrulhamento ostensivo no espaço escolar;
D) melhorar a relação entre policiais e jovens;
E) terceirizar as medidas de segurança.

QUESTÃO 8

O segmento do texto em que a forma verbal sublinhada pode também ser empregada, na frase, em número diferente (singular ou plural) é:

- A) “Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo”.
- B) “Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”.
- C) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir”.
- D) “...cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem”.
- E) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais tem mais potência...”.

QUESTÃO 9

No terceiro parágrafo do texto, há a menção à medida de contratarem-se pessoas externas à escola para serviços de segurança; entre as consequências dessa medida, segundo o texto, NÃO se inclui:

- A) o descrédito na competência do pessoal escolar;
B) o reconhecimento da falta de poder de decisão da própria escola;
C) a crença na exibição ostensiva de armas como medida de proteção;
D) a confiança na presença do poder policial;
E) a maior confiança no diálogo ou em mecanismos escolares de intervenção.

QUESTÃO 10

Marque o item em que as palavras sublinhadas nas duas frases possuem o mesmo valor semântico:

- A) “...tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência...” / “a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo...”.
- B) “Precisamos compreender as origens e a razão das violências no interior do espaço escolar...” / “...para enfrentar a dimensão educacional da violência social”.
- C) “Precisamos compreender a origem e a razão das violências no interior do espaço escolar para pensar soluções...” / “...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições de segurança são transferidas para pessoas exteriores a ela...”.
- D) “.. num espaço que se define por uma especificidade...” / “Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas...”.
- E) “...cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes...” / “Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade...”.

QUESTÃO 11

A frase abaixo que apresenta voz verbal diferente das demais é:

- A) “Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial...”.
- B) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões”.
- C) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial...”.
- D) “...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas...”.
- E) “Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados”.

QUESTÃO 12

“Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las”.

Sobre a estrutura argumentativa desse parágrafo, pode-se dizer que:

- A) os argumentos apresentados na defesa da tese se localizam no terreno das opiniões pessoais;
- B) a autoridade dos argumentos apresentados está ligada à experiência profissional do autor do texto;
- C) a presença de certos argumentos mostra a necessidade de combaterem-se as causas e não os efeitos da violência;
- D) a opinião do autor é que devemos fazer pesquisas e experiências a fim de não haver o aprofundamento da violência;
- E) segundo o autor, as soluções para os problemas detectados já foram encontradas, mas falta vontade política para aplicá-las.

QUESTÃO 13

“A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens”. Se substituirmos o termo sublinhado por um pronome pessoal oblíquo átono, a forma correta da frase seria:

- A) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção a elas e a eles.
- B) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer-lhes proteção.
- C) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer a eles proteção.
- D) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção a eles, crianças e jovens.
- E) A proposta parece ser a maneira mais elementar de lhes oferecer proteção às crianças e aos jovens.

QUESTÃO 14

“Nesse sentido, quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem”.

Sobre os componentes sublinhados desse fragmento do texto, a única afirmativa EQUIVOCADA é:

- A) o pronome pessoal “elas” se refere às pessoas anteriormente citadas;
- B) a primeira ocorrência da preposição “de” é devida à presença anterior do termo “percepção”;
- C) a primeira ocorrência do pronome relativo “que” tem por antecedente “adultos”;
- D) a segunda ocorrência do pronome relativo “que” tem por antecedente “problemas”;
- E) a segunda ocorrência da preposição “de” é devida à presença anterior do verbo “carecer”.

QUESTÃO 15

O título dado ao texto – *a polícia e a violência na escola* – conduz a uma discussão cuja solução é a seguinte:

- A) “A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras”.
- B) “Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários”.
- C) “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade”.
- D) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões”.
- E) “Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece”.

QUESTÃO 16

Num comentário sobre o texto lido nesta prova, um leitor do jornal onde *a polícia e a violência na escola* foi publicado escreveu: “Apoio a medida de levar policiais à escola, pois assim os marginais não terão coragem de invadi-la”.

Tal comentário:

- A) apoia a opinião do autor do texto diante do problema discutido;
- B) sugere uma nova medida para solucionar o problema da violência na escola;
- C) contraria a opinião das autoridades policiais;
- D) opõe-se frontalmente à opinião dos autores do texto;
- E) critica as medidas até agora tomadas para combater a violência nas escolas.

QUESTÃO 17

“...a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas”. O fragmento do texto que NÃO serve de apoio para essa ideia é:

- A) “...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes...”.
- B) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo...”.
- C) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões”.
- D) “Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas...”.
- E) “Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos”.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa em que o valor do tempo verbal sublinhado foi corretamente indicado.

- A) “Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes...” / ação encerrada em tempo recente.
- B) “...parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos” / ação habitual no passado.
- C) “Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública...” / ação que se iniciou no passado e continua no presente.
- D) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões” / ação futura que se realizará na dependência de outra ação futura.
- E) “Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais...” / ação completamente realizada no passado.

QUESTÃO 19

Em todas as alternativas abaixo, foram reescritas frases com a finalidade de eliminar a presença do vocábulo “não”, mas mantendo-se o sentido original do texto. A alternativa em que a reescritura ALTERA o sentido original é:

- A) “...o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência” / o ataque aos efeitos da violência costuma aumentar sua existência.
- B) “...pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las” / pensar soluções que sejam indiferentes a seu aprofundamento.
- C) “Reproduzir essa lógica no interior da escola não é recomendável” / Reproduzir essa lógica no interior da escola é desaconselhável.
- D) “A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras” / para tornar as escolas mais seguras devemos deixar de lado a política repressiva.
- E) “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade. Não das armas”. / A ostentação das armas é o contrário da escola, onde está a ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade.

QUESTÃO 20

A alternativa cuja indicação gráfica está corretamente expressa é:

- A) RIQUEZA – o sufixo -EZA forma substantivos abstratos a partir de adjetivos;
- B) CONHECIMENTO – o sufixo -MENTO forma substantivos a partir de adjetivos;
- C) POLICIAL – o sufixo – AL forma adjetivos a partir de verbos;
- D) PROTEÇÃO – o sufixo – ÇÃO forma adjetivos a partir de verbos;
- E) DESCONFIANÇA – o sufixo – ANÇA forma substantivos a partir de adjetivos.

NOÇÕES DE DIREITO

QUESTÃO 21

No que concerne ao tema concurso público, sob o ângulo do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- A) cargos nos quais exista relação de confiança entre nomeante e nomeado devem ser preenchidos regularmente pela via de concurso público;
- B) as Autarquias, por não figurarem na estrutura da Administração Pública direta, estão dispensadas da regra da obrigatoriedade do concurso público para provimento de vagas de servidores;
- C) a contratação para o exercício de serviços típicos de carreira e de cargos permanentes no Estado deve ser por concurso público, excetionados os casos de contingência fática emergencial;
- D) ante a supremacia do interesse público, são justificáveis a criação e o provimento de cargos públicos com o objetivo de atender demandas sazonais de pesquisa;
- E) a arregimentação de estagiários é alternativa menos onerosa para se cumprir eventual carência de mão de obra no quadro funcional da Administração Pública.

QUESTÃO 22

O ordenamento jurídico brasileiro assegura a incidência de diversos princípios quando do manejo do ato administrativo. No que toca à aplicação do contraditório e da ampla defesa, é correto afirmar que:

- A) a partir da Constituição Federal de 1988, foi erigido à condição de garantia constitucional do cidadão que se encontre na posição de litigante em processo judicial, excluída a posição de mero interessado, o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- B) qualquer ato da Administração Pública capaz de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deve ser precedido de procedimento em que se assegure ao interessado o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa;
- C) à luz do poder de autotutela da Administração Pública, a anulação de ato administrativo cuja formalização tenha repercutido no campo de interesses individuais demanda instauração de procedimento administrativo formal, com obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- D) nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da apreciação de legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;
- E) viola o princípio da separação dos poderes o controle pelo Poder Judiciário da observância do contraditório e da ampla defesa nos atos administrativos, sem a prévia realização da autotutela pela Administração Pública.

QUESTÃO 23

Sobre o exercício e a fruição do cargo público, é correto afirmar que:

- A) a autoridade julgadora do inquérito administrativo não pode alterar a penalidade imposta ao servidor pela comissão processante;
- B) a portaria é meio juridicamente próprio para promover a alteração de atribuições de cargo público;
- C) os institutos da estabilidade e do estágio probatório são desvinculados, não sendo viável a aplicação do prazo comum de três anos;
- D) não existe direito subjetivo a exercer função no local de domicílio da família, quando prevista, no regulamento do concurso público, a possibilidade de lotação inicial em região diversa;
- E) as vantagens pessoais recebidas antes da entrada em vigor da EC 41/03 se computam para fins de cálculo do teto constitucional.

QUESTÃO 24

No que toca ao tema aplicação da responsabilidade civil do Estado no ordenamento brasileiro, é correto afirmar que:

- A) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência da culpa do agente ou do serviço para obter sua reparação;
- B) há possibilidade de verificação de responsabilidade civil do Estado sem a ocorrência de dano;
- C) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência denexo causal entre o fato administrativo e o dano;
- D) há possibilidade de verificação de responsabilidade civil do Estado sem a ocorrência de conduta de qualquer das partes;
- E) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência de dano hipotético para obter sua reparação.

QUESTÃO 25

Prefeito Municipal de determinada localidade celebra contrato com sociedade empresária, sem prévia licitação, para prestação de serviços de consultoria financeira e orçamentária, com fundamento no art. 25, II, c/c art. 13, III, ambos da Lei nº 8.666/93, alegando inquestionável vantagem para o Município, diante do preço promocional, muito inferior ao de mercado, e a larga e reconhecida experiência do contratado. Sob o ângulo da responsabilidade do gestor público, é correto afirmar que:

- A) a não realização de licitação importa, necessariamente, em configuração de improbidade administrativa, sem prejuízo de outras sanções;
- B) para a configuração da improbidade administrativa, basta a verificação do elemento subjetivo que informa a conduta do agente;
- C) o ato de improbidade não exige, para sua configuração, o efetivo prejuízo ao erário;
- D) ausente dano ao erário e o elemento subjetivo na conduta do agente, não é possível a configuração de improbidade administrativa;
- E) a possibilidade de dano hipotético ou presumido é suficiente para a configuração de ato de improbidade administrativa.

QUESTÃO 26

Determinada servidora anteriormente lotada na Secretaria de Obras e Serviços consegue, no curso de processo administrativo disciplinar (PAD), sua remoção para a Secretaria de Saúde. Em relação à competência disciplinar, é correto afirmar que:

- A) sua redistribuição não desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério temporal, independentemente de eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- B) sua redistribuição desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério funcional, devendo observar eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- C) sua redistribuição desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério hierárquico, devendo observar eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- D) sua redistribuição não desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério hierárquico, independentemente de eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- E) a promoção da sindicância e do processo administrativo disciplinar cabe ao órgão ou entidade pública ao qual o servidor encontra-se vinculado no momento do julgamento, em razão do princípio da atualidade da função.

QUESTÃO 27

Quanto à exoneração de servidores públicos concursados e nomeados para cargo efetivo, ainda em estágio probatório, é correto afirmar que:

- A) não necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, não sendo necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD);
- B) necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sendo necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD);
- C) não necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, contudo se faz necessária a abertura de sindicância, pois a exoneração não tem caráter punitivo;
- D) necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, contudo não se faz necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), admitindo ser suficiente a abertura de sindicância que assegure os princípios referidos;
- E) a ausência de estabilidade, própria da fase de estágio probatório, dispensa a abertura de qualquer procedimento que observe o devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

QUESTÃO 28

Em 23 de outubro de 2005, o eleitorado brasileiro foi convocado a se manifestar sobre a manutenção ou rejeição da proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. A resposta da soberania popular é feita por meio de:

- A) referendo;
- B) plebiscito;
- C) *recall*;
- D) veto popular;
- E) revocação popular.

QUESTÃO 29

Em 2011, o francês Jean-Luc Picard, após o regular ingresso no país e competente processo de naturalização, adquiriu a nacionalidade brasileira. Ocorre que, uma semana após sua naturalização, autoridades estrangeiras noticiaram seu envolvimento com diversos e graves crimes contra a Administração Pública no seu país de origem, que também são recriminados no Brasil. Para que ele possa ser processado e julgado na França, o processo/procedimento a ser adotado contra Jean-Luc Picard será:

- A) expulsão;
- B) deportação;
- C) banimento;
- D) extradição;
- E) nenhum, pois a pessoa naturalizada não pode ser entregue a outro Estado.

QUESTÃO 30

A natureza da norma constitucional do artigo 5º, inciso XIII, da CRFB (“*é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*”), é de eficácia:

- A) plena e aplicabilidade imediata;
- B) plena e aplicabilidade mediata;
- C) contida e aplicabilidade imediata;
- D) limitada ou reduzida, definidora de princípio institutivo;
- E) limitada ou reduzida, definidora de princípio programático.

CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 31

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro concluiu pela ilegalidade de ato administrativo praticado pela Secretaria Estadual de Saúde e assinou prazo para que o referido órgão adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. A Secretaria Estadual de Saúde, contudo, não atendeu à determinação do Tribunal de Contas. Nesse caso, competirá ao Tribunal de Contas:

- A) representar à Assembleia Legislativa sobre a ilegalidade apurada, competindo ao Poder Legislativo Estadual a sustação do ato;
- B) anular o ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa;
- C) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Executivo Estadual;
- D) suspender os efeitos financeiros do ato impugnado, comunicando a decisão à Procuradoria-Geral do Estado;
- E) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.

QUESTÃO 32

Sobre o controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), ao apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal decorrentes de concurso público para provimento de cargos efetivos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ), é correto afirmar que se trata de:

- A) controle externo, jurisdicional-administrativo e concomitante;
- B) controle externo, legislativo e prévio;
- C) controle interno, parlamentar e posterior;
- D) controle externo, para fins de registro e posterior;
- E) controle interno, administrativo e posterior.

QUESTÃO 33

Facilmente podemos constatar, nos dias atuais, que não existe país democrático sem um órgão de controle com a missão de fiscalizar a boa gestão do dinheiro público (CITADINI, Antônio Roque. “*O controle externo da Administração Pública*”. São Paulo: Max Limonad, 1995). Sobre o sistema de controle externo da Administração Pública adotado pela Constituição vigente, é correto afirmar:

- A) a Controladoria-Geral da União-CGU é órgão de controle externo e caracteriza, em âmbito federal, a adoção do sistema (modelo) de controle anglo-saxão de Auditoria-Geral (ou Controladoria);
- B) em âmbito federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, órgão unipessoal (singular) e subordinado ao Poder Legislativo;
- C) os Tribunais de Contas são órgãos colegiados, dotados de autonomia administrativa e financeira, integrados por ministros ou conselheiros vitalícios e incumbidos de auxiliar o controle externo a cargo do Poder Legislativo;
- D) no Distrito Federal e nos Estados, a existência de Tribunais de Contas será facultativa;
- E) a Constituição da República, ao proibir a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas pelos Municípios (art. 31, §4º), também vedou que os Estados criem, como órgãos integrantes da estrutura estadual, Tribunais de Contas ou Conselhos com jurisdição sobre a totalidade das contas dos municípios existentes em seus limites territoriais.

QUESTÃO 34

Sobre a disciplina do Controle Interno na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:

- A) em âmbito federal, a instituição de um sistema de controle interno é incumbência exclusiva do Poder Executivo;
- B) a aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno vinculará o Tribunal de Contas;
- C) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária;
- D) será facultativa a instalação de sistema de controle interno em âmbito Estadual e Municipal;
- E) em âmbito federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

QUESTÃO 35

A apreciação das contas do Executivo é procedimento jurídico-constitucional composto, que exige a integração de procedimentos ocorrentes tanto no interior do Tribunal de Contas (técnico-opinativo) quanto no legislativo competente para julgá-las (avaliação política). Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- A) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas que o Presidente da República deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados;
- B) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas que o Presidente da República deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros do Congresso Nacional;
- C) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Governador do Estado deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa;
- D) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa do Estado;
- E) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou pelo Tribunal de Contas do Município, onde houver, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

LEGISLAÇÃO BÁSICA (aplicável ao TCE – RJ)

QUESTÃO 36

O responsável por bens em almoxarifado na Secretaria Estadual de Saúde remeteu ao Tribunal de Contas, tempestivamente, prestação de contas por término do exercício financeiro. O exame final da prestação de contas pelo TCE-RJ revelou falta de natureza formal e que não conduz à produção de dano ao erário, não sendo caso de reincidência por parte do responsável. Nesse caso, as contas serão julgadas:

- A) regulares, e o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável;
- B) irregulares, e o Tribunal de Contas, no entanto, não imporá multa ao responsável;
- C) irregulares, e o Tribunal de Contas determinará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas;
- D) regulares com ressalva, e o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável e determinará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas;
- E) regulares com ressalva, e o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

QUESTÃO 37

Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), é correto afirmar sobre o julgamento das contas pelo TCE-RJ:

- A) após o trancamento das contas consideradas iliquidáveis e arquivado o processo correspondente, o Tribunal poderá, a qualquer tempo, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva prestação ou tomada de contas;
- B) diz-se provisória a decisão pela qual o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento e determinar diligências necessárias ao saneamento do processo;
- C) o Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência do descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de prestação ou tomada de contas anterior;
- D) não havendo débito, mas comprovada a ocorrência de grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza financeira, o Tribunal julgará as contas irregulares, vedada a imposição de multa ao responsável;
- E) o julgamento de irregularidade das contas dependerá da efetiva comprovação de injustificado dano ao erário.

QUESTÃO 38

Sobre os recursos e a competência recursal no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), é correto afirmar:

- A) caberá agravo das decisões interlocutórias proferidas pelo Conselheiro-Relator em processos de prestação ou tomada de contas, sem efeito suspensivo e no prazo de 5 (cinco) dias;
- B) o Tribunal de Contas da União é competente para julgar recurso de revisão da decisão do Tribunal de Contas do Estado que contrariar ou negar vigência a lei federal;
- C) o efeito suspensivo, em razão de recurso de decisão do Tribunal, que concluir pela nulidade de edital de licitação, possibilitará o prosseguimento do processo licitatório;
- D) os embargos de declaração, opostos, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição do pedido de reconsideração;
- E) o recurso de reconsideração terá efeito suspensivo e poderá ser formulado, uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 39

Nos termos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, compete ao Tribunal de Contas do Estado:

- A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento;
- B) julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e proceder à tomada de contas, quando não apresentadas dentro de sessenta dias, após a abertura da Sessão Legislativa;
- C) fixar para cada exercício a remuneração do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado;
- D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos três poderes, da administração direta e indireta, incluídas as empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual;
- E) autorizar previamente alienação, a título oneroso, de bens do Estado.

QUESTÃO 40

Sobre a Lei Estadual nº 4.787/2006 (e suas alterações), que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras do TCE-RJ, é correto afirmar que:

- A) compete ao Analista – Área Organizacional executar inspeções e auditorias a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- B) compete ao Analista - Área de Controle Externo substituir os Conselheiros em suas faltas e impedimentos, bem como nos casos de vaga, nas hipóteses e na forma prevista no Regimento Interno do Tribunal de Contas;
- C) compete ao Analista – Área Organizacional emitir parecer das contas, atos e demais procedimentos sujeitos à apreciação, registro ou julgamento pelo Tribunal de Contas;
- D) compete ao Analista – Área de Controle externo julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, proferindo decisão provisória que poderá ser objeto de recurso endereçado ao Plenário do Tribunal de Contas;
- E) é vedado aos ocupantes dos cargos de Analista – Área de Controle Externo exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o direito de afastar-se para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 41

Determinado município recebeu, após análise criteriosa de seus órgãos técnicos, doação de um imóvel. O terreno é amplo e permite a construção de um hospital de médio porte. A dotação orçamentária para execução da obra em questão é classificada como:

- A) inversão financeira;
- B) despesa de custeio;
- C) transferência corrente;
- D) transferência de capital;
- E) investimento.

QUESTÃO 42

Sobre a lei orçamentária anual, é correto afirmar:

- A) não poderá autorizar ao Poder Executivo abrir créditos suplementares;
- B) todas as receitas e despesas constarão pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções;
- C) deverá consignar dotações globais destinadas a atender a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras;
- D) compreenderá todas as receitas, exceto as receitas decorrentes de operações de crédito;
- E) não está adstrita ao princípio da evidenciação, ou seja, o de revelar com clareza o que o governo pretende atingir para cumprir suas obrigações perante a sociedade.

QUESTÃO 43

Identificada a necessidade pública, a Secretaria Municipal de Educação resolve instaurar procedimento administrativo visando à assinatura de determinado periódico, por 12 meses. Depois de realizada a cotação de preços da assinatura, verificou-se que a hipótese seria de dispensa de licitação pelo valor, sendo autorizada a despesa e emitida a Nota de Empenho competente. Recebida a Nota de Empenho, o fornecedor encaminhou para pagamento fatura com o valor total da assinatura, antes mesmo de realizar a entrega do primeiro periódico, uma vez que a proposta comercial que vinculou as partes mencionava o pagamento antecipado. Sobre a liquidação da referida despesa, é correto afirmar que:

- A) não deverá ser liquidada, uma vez que o material ainda não foi entregue;
- B) deverá ser liquidada no valor total, desde que preenchidas as formalidades legais e que haja entrega do primeiro exemplar do periódico;
- C) deverá ser liquidada no valor total, desde que preenchidas as formalidades legais; no entanto, o pagamento será suspenso até a efetiva entrega do primeiro exemplar do periódico;
- D) deverá ser liquidada mês a mês, ainda que não haja concordância do fornecedor;
- E) deverá ser liquidada no valor total, desde que preenchidas as formalidades legais, uma vez que foi contratada a assinatura do periódico.

QUESTÃO 44

No Estado do Rio de Janeiro a repartição dos limites globais com despesa de pessoal, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, NÃO poderá exceder:

- A) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 6% (seis por cento) para o Judiciário, 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo, 2% (dois por cento) para o Ministério Público;
- B) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, 6% (seis por cento) para o Judiciário, 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público;
- C) 6,4% (seis inteiros e quatro décimos por cento) para o Legislativo, 53,6% (cinquenta e três inteiros e seis décimos por cento) para o Executivo;
- D) 6% (seis por cento) para o Legislativo, 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo;
- E) 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 6% (seis por cento) para o Judiciário, 48,6% (quarenta e oito inteiros e seis décimos por cento) para o Executivo, 2% (dois por cento) para o Ministério Público.

QUESTÃO 45

Em determinado município, o fornecedor de energia elétrica não apresentou as contas dos meses de outubro, novembro e dezembro. As faturas foram emitidas e apresentadas em março do ano seguinte. Os órgãos responsáveis pela execução orçamentária e pela contabilidade, como não receberam as faturas no período apropriado, cancelaram o saldo de empenho remanescente. O ordenador de despesa deverá:

- A) abster-se do pagamento, uma vez que, inexistindo empenho, é vedada a realização da despesa;
- B) reconhecer a dívida e pagar na conta de despesas de exercícios anteriores;
- C) encaminhar a despesa para liquidação em restos a pagar e, posteriormente, efetuar o pagamento;
- D) efetuar o pagamento e solicitar o reembolso;
- E) encaminhar para liquidação e pagamento com a dotação do orçamento em vigor, uma vez que se trata de empenho estimativo.

QUESTÃO 46

Consoante texto constitucional, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvados os recursos para o ensino e a saúde. Tal dispositivo EXCEPCIONA o princípio orçamentário da:

- A) universalidade;
- B) anualidade;
- C) exclusividade;
- D) unidade;
- E) não afetação.

QUESTÃO 47

Autorizada regularmente a contratação direta de determinada sociedade empresária para prestação de serviço de conserto de 3 (três) fragmentadoras de papel. Foi emitida Nota de Empenho do tipo ordinário, no valor de R\$ 212,00, para suportar a referida despesa.

Ocorre que, antes mesmo da sociedade empresária prestar o serviço, surgiu a demanda de conserto de outra fragmentadora. Nesse caso:

- A) a Nota de Empenho será cancelada e será emitida uma nova nota de empenho do tipo ordinário, no valor equivalente ao conserto de 4 (quatro) fragmentadoras;
- B) a Nota de Empenho do tipo ordinário será complementada;
- C) a Nota de Empenho do tipo ordinário será cancelada, emitindo-se a nota de empenho do tipo global;
- D) deverá ser emitida nova autorização de contratação direta para o conserto da fragmentadora não contemplada na primeira autorização;
- E) a Nota de Empenho não será cancelada, emitindo-se a nota de empenho do tipo estimado.

QUESTÃO 48

Sobre a lei de diretrizes orçamentárias é correto afirmar:

- A) estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital, definindo, por conseguinte, o planejamento das atividades governamentais;
- B) não poderá dispor sobre limitação de empenho;
- C) compreende o orçamento fiscal, de investimento e de seguridade social;
- D) disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
- E) estima a receita e fixa a despesa.

QUESTÃO 49

Considerando que o Procurador-Geral de Justiça não encaminhou a proposta orçamentária do Ministério Público Estadual dentro do prazo estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentária, para fins de consolidação da proposta anual, o Poder Executivo considerará os valores:

- A) da proposta orçamentária do exercício anterior, ajustada de acordo com os limites previstos na lei de diretrizes orçamentárias;
- B) da proposta orçamentária recebida intempestivamente, desde que não tenha sido encaminhada ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo Estadual;
- C) da proposta orçamentária, que será encaminhada, independentemente de consolidação, ao Poder Legislativo Estadual;
- D) aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites previstos na lei de diretrizes orçamentárias;
- E) aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os índices oficiais.

QUESTÃO 50

Com fundamento na Lei Estadual n.º 287/79, no caso de necessidade de realização de despesa miúda, em regime de adiantamento, quando não há como se obter o competente recibo, o titular do adiantamento:

- A) realizará a despesa e, por ocasião da prestação de contas, a relacionará com o visto da autoridade requisitante;
- B) realizará a despesa desde que previamente autorizado pelo ordenador de despesa;
- C) realizará a despesa e, por ocasião da prestação de contas, a relacionará com o visto do ordenador de despesa;
- D) realizará a despesa e, por ocasião da prestação de contas, a relacionará com os vistos da autoridade requisitante e do ordenador;
- E) não realizará a despesa.

QUESTÃO 51

A Constituição Federal determina normas para execução do controle interno e externo na administração pública. Nesse sentido, serão exercidas pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, as fiscalizações:

- A) contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta;
- B) contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta;
- C) contábil, financeira, orçamentária, operacional e de avaliação da gestão da União e das entidades da administração direta;
- D) contábil, financeira, orçamentária, operacional e de acompanhamento da gestão da União e das entidades da administração direta;
- E) contábil, orçamentária, operacional, avaliação da gestão e acompanhamento da gestão da União e das entidades da administração direta.

QUESTÃO 52

O Congresso Nacional exerce um papel relevante na execução do controle interno e externo na administração pública, o qual é constitucionalmente definido. Para tanto, são elementos requeridos nas fiscalizações realizadas pelo Congresso Nacional, EXCETO:

- A) superestimativa das despesas;
- B) aplicação das subvenções;
- C) renúncia de receitas;
- D) economicidade;
- E) legitimidade.

QUESTÃO 53

A Lei complementar n.º 101/2000 enfatizou a necessidade do controle interno como suporte a uma boa gestão na administração pública. NÃO é exigido por esse instrumento normativo o controle:

- A) dos controles;
- B) dos convênios;
- C) das fontes vinculadas;
- D) das despesas de pessoal;
- E) da programação financeira.

QUESTÃO 54

O código de boas práticas de governança corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) destaca uma série de práticas que, adotadas por uma entidade, são consideradas como boas práticas de governança, favorecendo a redução da assimetria informacional entre gestores e *stakeholders*. Essas práticas propostas apresentam objetivos, aplicáveis à gestão pública governamental, entre os quais:

- A) aumentar o valor da sociedade, otimização do desempenho das entidades governamentais, redução do custo de capital e estimulação da geração de receitas;
- B) aumentar o valor da sociedade, otimização do desempenho das entidades governamentais, redução do custo de capital e maior acurácia nas prestações de contas;
- C) aumentar o valor da sociedade, otimização do desempenho das entidades públicas governamentais, redução do custo de capital e criação de condições de perenidade;
- D) estimular o *disclosure* de informações sociais das entidades, otimização do desempenho das entidades governamentais, redução do custo de capital e maior acurácia nas prestações de contas;
- E) estimular o *disclosure* de informações sociais das entidades, otimização do desempenho das entidades governamentais, criação de condições de perenidade e implantação de mecanismos de avaliação de desempenho.

QUESTÃO 55

A partir do conhecimento sobre os objetivos e as funções da auditoria governamental, é correto afirmar que:

- A) a auditoria governamental tem como objetivo principal garantir os resultados operacionais, financeiros e econômicos da coisa pública;
- B) a auditoria governamental fiscaliza a execução do programas de governo quanto à sua economicidade, relevância social e eficiência;
- C) o controle interno é uma atividade subordinada ao titular da entidade, e a auditoria interna não pode fazer parte da estrutura administrativa da entidade;
- D) a auditoria interna tem entre as suas funções assegurar a fidedignidade das informações públicas divulgadas pelas entidades públicas;
- E) a auditoria governamental em geral conta com um órgão centralizador das atividades de auditoria, que atua sobre os demais órgãos e entidades.

QUESTÃO 56

Em relação ao planejamento da Auditoria, o Manual de Auditoria Governamental do TCE-RJ dispõe que as auditorias devem ser planejadas de modo a garantir sua qualidade e executadas de forma econômica, eficiente, eficaz e oportuna. Para cumprir esses objetivos, o planejamento da auditoria deve:

- I. considerar os objetivos da auditoria e os procedimentos de verificação necessários para alcançá-los;
- II. certificar-se da efetividade dos sistemas de controle do órgão/entidade;
- III. requerer as providências tomadas com relação a constatações e recomendações de auditoria anteriores;
- IV. considerar a forma e o conteúdo dos relatórios de auditoria.

Estão corretos os itens:

- A) apenas I e II;
- B) apenas I e III;
- C) apenas I e IV;
- D) apenas II e III;
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 57

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ exerce a fiscalização de órgãos, de entidades e de responsáveis por bens e dinheiros públicos da administração direta e indireta do Estado e de municípios jurisdicionados. Essa fiscalização é exercida, sobre todos os aspectos a seguir, EXCETO:

- A) contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais e operacionais;
- B) gestão de pessoal;
- C) aplicação das subvenções;
- D) limites e procedimentos legais da execução de despesas;
- E) arrecadação ou renúncia de receitas.

QUESTÃO 58

O Manual de Auditoria do TCE-RJ define que papéis de trabalho são os documentos que constituem o suporte de todo o trabalho desenvolvido pelo auditor relacionados à auditoria, contendo o registro das informações utilizadas, das verificações a que procedeu e das conclusões a que chegou, incluindo a fundamentação e o alcance do planejamento, do trabalho executado e das constatações da auditoria. De acordo com o Manual, os papéis de trabalho devem:

- A) ser concisos, transmitindo o máximo de informações com o mínimo de palavras;
- B) apresentar informações com base conceitual, julgadas necessárias para fundamentar a opinião do auditor;
- C) ser consistentes, apresentando um padrão de elaboração necessário para transmitir a ideia;
- D) ser apresentados em ordem cronológica, de acordo com a sequência dos achados para facilitar a conclusão;
- E) ser verificáveis, a partir de informações detalhadas que descrevam as evidências encontradas.

QUESTÃO 59

O Manual de Auditoria Governamental do TCE-RJ relaciona os instrumentos de Auditoria Governamental adotados por essa corte de contas em suas atividades de fiscalização. A respeito desses instrumentos de fiscalização, analise as afirmativas a seguir:

- I. A auditoria de conformidade é realizada quando o objetivo é examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.
- II. O acompanhamento é utilizado para verificar o cumprimento das determinações ou recomendações e os resultados delas advindos.
- III. O monitoramento é uma atividade realizada ao longo de um período para o controle seletivo e concomitante das atividades executadas pelo órgão/entidade jurisdicionado.

Estão corretas as afirmativas:

- A) apenas I;
- B) apenas I e II;
- C) apenas I e III;
- D) apenas II e III;
- E) I, II e III.

QUESTÃO 60

Em relação aos conceitos de evidências e achados de auditoria apresentados no Manual de Auditoria Governamental do TCE-RJ, é correto afirmar que:

- A) evidências de auditoria são fatos relevantes que representam desvios de normas e/ou procedimentos, e cuja constatação decorre do processo de verificação e análise realizada pela auditoria, na fase de execução dos trabalhos;
- B) achados de auditoria são fatos comprovados, suficientes e competentes, obtidos com a aplicação dos procedimentos de auditoria;
- C) constituem requisitos básicos de uma evidência de auditoria: caráter de anormalidade, relevância do fato, fundamentação, capacidade de convencimento e objetividade;
- D) as evidências devem ser inseridas no processo administrativo relativo ao relatório de auditoria, em volumes cuja quantidade máxima de folhas deverá observar a legislação interna do TCE-RJ;
- E) as técnicas de compilação de dados e de amostragem são as mais indicadas para a obtenção de evidências.

QUESTÃO 61

De acordo com as práticas contábeis em vigor, após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros podem ser mensurados em quatro categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) investimentos mantidos até o vencimento; c) empréstimos e recebíveis; e d) disponíveis para venda. Com isso, de acordo com a categoria, as variações no valor justo ocorridas com esses ativos serão diferentes. Sabendo-se disso, pode-se afirmar que a ocorrência de uma variação positiva no valor justo de um ativo financeiro classificado como disponível para venda implicará:

- A) a redução do resultado do exercício, afetando a situação líquida da entidade;
- B) o reconhecimento de um resultado abrangente, sem efeito na situação líquida da entidade;
- C) o reconhecimento de um resultado abrangente, com efeito na situação líquida da entidade;
- D) a redução do resultado do exercício, sem efeito na situação líquida da entidade;
- E) o aumento do resultado do exercício, representando um ganho realizado.

QUESTÃO 62

De acordo com as práticas contábeis em vigor, as demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Sabendo-se disso, pode-se afirmar que:

- A) os relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor econômico da entidade que reporta a informação;
- B) os relatórios contábil-financeiros de propósito geral são baseados em descrições ou estimativas para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- C) o objetivo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- D) os relatórios contábil-financeiros são baseados em descrições ou retratos exatos para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- E) os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação.

QUESTÃO 63

As informações apresentadas no quadro abaixo referem-se à Cia. Água Limpa da Cachoeira SA.

Caixa	\$ 5.000
Duplicatas a Receber	\$ 20.000
Ações em tesouraria	\$ 10.000
Duplicatas Descontadas	\$ 2.500
Despesas Antecipadas	\$ 1.000
Participação societária - Coligada na Europa	\$39.000
Mais valia de ativos líquidos – Coligada na Europa	\$ 1.000
Goodwill – Coligada na Europa	\$ 5.000
Juros Passivos a Apropriar	\$ 2.000
Empréstimos	\$ 10.000
Dividendo Adicional Proposto	\$ 4.000
Dividendo Mínimo Obrigatório	\$ 5.000
Reserva de lucros	\$ 20.000
Capital Autorizado	\$ 194.000
Capital Social - Subscrito	\$ 150.000
Capital Social – a integralizar	\$ 100.000
Redução na participação relativa – Coligada na Europa	\$ 6.000
Ágio na Emissão de Ações	\$ 2.000
Imobilizado	\$ 17.500
Depreciação Acumulada	\$ 2.000
Perdas estimadas por valor não recuperável – imobilizado	\$ 10.000

Adicionalmente, sabe-se que a empresa desenvolveu internamente um intangível, representado pela famosa marca “CACHOEIRA”. Essa marca foi recentemente avaliada pela empresa de Auditoria e Avaliações Patrimoniais Perilense por \$ 10.000. Consta ainda que a empresa possui um plantel de suínos reprodutores da raça *Porcus spinus*, avaliados por seu valor justo em \$ 5.000 e mantidos em uma granja.

Considerando exclusivamente as informações acima e levando em conta a equação fundamental patrimonial, a alternativa que expressa o montante correto do Ativo Não Circulante, Passivo e do Patrimônio Líquido é:

- A) Ativo Não Circulante = 49.500; Passivo = 15.500 e Patrimônio Líquido = 60.000.
- B) Ativo Não Circulante = 50.500; Passivo = 17.000 e Patrimônio Líquido = 56.000.
- C) Ativo Não Circulante = 54.500; Passivo = 17.000 e Patrimônio Líquido = 60.000.
- D) Ativo Não Circulante = 51.500; Passivo = 15.000 e Patrimônio Líquido = 60.000.
- E) Ativo Não Circulante = 76.500; Passivo = 20.500 e Patrimônio Líquido = 82.000.

QUESTÃO 64

Com as recentes alterações, a Lei Societária reforçou a importância dos princípios de contabilidade para o reporte da informação. Para fins de demonstrações contábeis, vigora a força dos princípios, dando corpo para prevalecer a essência econômica da transação sobre a forma jurídica dos contratos. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade reformou recentemente a resolução CFC nº 750/1993. Conforme a Resolução CFC nº 1282/2010:

- A) os princípios de contabilidade que orientam a prática contábil no Brasil são: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; e o da prudência;
- B) a atualização monetária representa nova avaliação dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período;
- C) uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes de alguns fatores, entre eles o dos efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional;
- D) o princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que isso contribuir para o aumento do patrimônio líquido;
- E) a reversão decorrente de perdas estimadas relativas ao valor recuperável de ativos é uma prática conflitante com o princípio do registro pelo valor original.

QUESTÃO 65

Os regimes de caixa e competência são também conhecidos como regime financeiro e econômico, tendo em vista a abordagem com que cada um reconhece e apropria receitas e despesas. A esse respeito, é correto afirmar que:

- A) no regime de caixa, as despesas devem ser apropriadas de acordo com a venda efetuada no período;
- B) no regime de competência, as receitas são reconhecidas proporcionalmente às vendas do período;
- C) no regime de caixa, as despesas incorridas, mas não pagas dentro do exercício, provocam um passivo menor e um lucro maior comparativamente ao que seria apresentado pelo regime de competência;
- D) no regime de caixa, as despesas incorridas, mas não pagas dentro do exercício, provocam um ativo maior e um passivo menor comparativamente ao que seria apresentado pelo regime de competência;
- E) no regime de competência, as despesas devem ser apropriadas de acordo com seu pagamento ou desembolso.

QUESTÃO 66

A Cia. Tribunal Mendes SA realizou seu inventário periódico de mercadorias para o encerramento do exercício. O levantamento realizado é relativamente simples, haja vista que a empresa comercializa apenas 3 tipos de produto: GilFlex, GilPlus e GilMax. Para fins de mensuração dessas mercadorias, elaborou paralelamente o seguinte quadro de informações:

Produto	Custo	Preço de Venda	Gastos com Venda
GilFlex	500,00	700,00	210,00
GilPlus	200,00	250,00	40,00
GilMax	900,00	800,00	100,00

Com base nessas informações, e sabendo que para cada produto havia uma unidade disponível, o saldo final da conta estoques deverá estar avaliada no Balanço Patrimonial por:

- A) 1.600;
- B) 1.500;
- C) 1.410;
- D) 1.400;
- E) 1.390.

QUESTÃO 67

A Cia. Indústria e Comércio Caçamba fabrica o cigarro Entulho, cujo preço de venda bruto é de \$ 100,00 por unidade; a empresa paga comissão de 20% sobre o preço de venda e ainda é tributada em 50% do preço de venda, tendo em vista as iniciativas do governo para desestimular o consumo de produtos como o cigarro Entulho. Além desses desembolsos, os gastos para produção são significativos:

- custo variável (material) = \$20,00 por unidade;
- custos fixos são de \$50.000,00 por período;
- despesas fixas totalizam a \$20.000,00 por período.

A empresa havia liquidado seus estoques em maio e concedeu férias aos funcionários em junho. No mês de julho, a empresa produziu 20 mil unidades do produto e vendeu 10 mil unidades. A taxa de absorção de custos fixos foi de \$ 50.000,00 / 20.000 unidades = \$2,50 por unidade produzida.

No mês de agosto, a empresa produziu 25 mil unidades e vendeu 15 mil unidades.

De maneira uniforme, a Cia Indústria e Comércio Caçamba utiliza o Custeio por Absorção para fins de mensuração de seus estoques e adota a técnica PEPS. Sendo assim, o valor do lucro líquido do mês de agosto foi de:

- A) R\$ 92.500,00;
- B) R\$ 95.000,00;
- C) R\$ 100.000,00;
- D) R\$ 110.000,00;
- E) R\$ 115.000,00.

QUESTÃO 68

Uma lei publicada pela prefeitura do Rio de Janeiro está causando dúvida entre os contadores dos clubes de futebol da cidade. De acordo com a nova legislação, os clubes precisarão, até 30 de junho de 2011, treinar e certificar jogadores do elenco profissional para atuar no novo estádio do Maracanã sem danificar o gramado. No Clube de Regatas Cama de Gato, por exemplo, nenhum dos 30 jogadores do elenco principal terá sido treinado até 31 de dezembro de 2010. Entretanto, a diretoria do clube divulgou nota informando que o treinamento e a certificação estão previstos para acontecer em maio de 2011 a um custo de \$ 2.000,00 por atleta. Enquanto isso, a prefeitura tem feito campanhas educativas e ressaltado que os clubes inadimplentes com a determinação do município serão penalizados com multa de R\$ 40.000,00 por atleta, devendo ser pagas até 20 dias após o prazo estipulado.

Em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, deve ser feita em 31 de dezembro de 2010 a seguinte provisão:

- A) R\$ 1.200.000,00;
- B) R\$ 60.000,00;
- C) R\$ 1.260.000,00;
- D) R\$ 42.000,00;
- E) Zero.

QUESTÃO 69

A Cia. Raio Relâmpago adquiriu no dia 1º de julho uma máquina por R\$ 100.000,00 e com uma vida útil de 25 mil unidades produzidas. Para deixar a máquina em condições de funcionamento houve gastos com mão de obra no valor de R\$ 20.000 e o trabalho foi concluído no dia 1º de outubro. Devido a uma falta de matéria-prima a máquina só entrou em operação no dia 1º de dezembro, e ao longo desse mês produziu 250 unidades. Considerando apenas essas informações, a despesa com depreciação relativa a essa máquina em 31 de dezembro é:

- A) R\$ 3.600,00;
- B) R\$ 3.000,00;
- C) R\$ 1.200,00;
- D) R\$ 1.000,00;
- E) R\$ 833,33.

QUESTÃO 70

Um Auditor do Estado leu uma reportagem em que eram comparadas as 10 maiores empresas brasileiras do setor de produtos lácteos, considerando o volume de litros de leite coletado. Ao verificar no sistema de recolhimento de tributos, identificou que a segunda maior empresa na reportagem era a décima em recolhimento de tributos. A empresa alegou os seguintes fatos para se justificar ao Auditor:

- I. As vendas da empresa são majoritariamente para recebimento no longo prazo e, portanto, reconhece a receita dessas vendas na sua demonstração de resultado apenas quando seus clientes liquidam os respectivos recebíveis.
- II. A principal máquina de produção possui vida útil de 5 anos, depreciada com uma taxa de 20% ao ano. Logo, todos os outros itens que compõem o imobilizado da empresa são depreciados com a mesma taxa.
- III. Uma parte dos produtos, em torno de 10%, são vendidos para a família do proprietário da empresa em condições normais de mercado, mas sem pagar comissão a vendedores.
- IV. Por orientação jurídica a empresa parou de pagar os impostos PIS e Cofins. Como o processo está sendo julgado em primeira instância, a empresa não constituiu nenhuma provisão por considerar que os tributos são indevidos. O advogado considera a perda como possível.

Considerando o exposto, divergem das práticas contábeis aceitas no Brasil somente:

- A) III;
- B) IV;
- C) I, II e IV;
- D) I e III;
- E) I e II.

QUESTÃO 71

Em relação ao conceito e campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público, conforme definições da NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação, é correto afirmar que:

- A) devido ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade pública com foco no patrimônio, o campo de aplicação da contabilidade pública apresenta restrição para entidades que, por acordo, necessitem registrar apenas operações orçamentárias;
- B) unidade contábil é a entidade organizacional com autonomia administrativa e financeira;
- C) as unidades contábeis podem ser classificadas em centralizadas, descentralizadas, unificadas e consolidadas;
- D) o conceito de unidade contábil é aplicável na consolidação de entidades públicas tanto para fins de atendimento de exigências legais como para informações de natureza gerencial;
- E) a teoria contábil define que o objeto da contabilidade pública é o patrimônio público e suas variações, mas acrescenta que, na prática, este se circunscreve aos fatos resultantes da execução orçamentária.

QUESTÃO 72

De acordo com as resoluções CFC nº 1.111/2007 e nº 67/2011, o que determina às instituições públicas a autonomia e a responsabilidade pelo patrimônio a elas pertencente é o princípio da:

- A) entidade;
- B) prudência;
- C) competência;
- D) continuidade;
- E) oportunidade.

QUESTÃO 73

Considere uma entidade pública que elabora as demonstrações contábeis segundo as normas de contabilidade aplicada ao setor público e os princípios de contabilidade. A entidade arrecada uma receita anual de \$ 10.000,00. No ano de X1, a entidade arrecadou \$15.000,00, sendo \$ 10.000,00 referentes ao exercício e \$ 5.000,00 de adiantamento referente ao ano de X2 por parte de alguns contribuintes. No exercício de X1, a entidade teve despesas com pessoal na ordem de \$ 3.000,00 e contratou um seguro contra incêndio das instalações com cobertura para três anos, cujo prêmio foi totalmente pago em dinheiro no ato da contratação, no valor de \$ 6.000,00. Considerando o Princípio da Competência e as informações apresentadas, a entidade irá apurar no exercício de X1:

- A) déficit no valor de \$ 5.000,00;
- B) déficit no valor de \$ 6.000,00;
- C) superávit no valor de \$ 1.000,00;
- D) superávit no valor de \$ 5.000,00;
- E) superávit no valor de \$ 10.000,00.

QUESTÃO 74

A partir da definição de sistemas de informações contábeis no âmbito do setor público e das disposições da NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis, foram propostos novos conceitos e procedimentos com vistas a adequar as atuais práticas contábeis do setor público no Brasil, que ainda necessitam de aperfeiçoamento para promover uma evidenciação efetiva das modificações ocorridas no patrimônio público. Dentre as alterações, cita-se a definição de sistemas e subsistemas contábeis. Sobre esse ponto, analise as assertivas a seguir:

- I. O sistema financeiro foi integrado ao sistema patrimonial, tendo em vista que no conceito contábil de patrimônio estão incluídos fatos financeiros e não financeiros.
- II. O sistema orçamentário, agora denominado subsistema orçamentário, continuará registrando fatos relativos ao planejamento e à execução orçamentária, de acordo com o disposto na Lei nº 4.320/1964 para reconhecimento de receitas e despesas.
- III. O subsistema de custos foi criado para atender às necessidades informacionais da contabilidade patrimonial em convergência aos padrões internacionais, embora tais informações já fossem previstas no Decreto-lei nº 200/1967 e na Lei Complementar nº 101/2000.
- IV. O subsistema de compensação objetiva faz o controle de informações relativas a alterações potenciais nos elementos patrimoniais e acordos, garantias e responsabilidades.

Estão corretas as afirmativas:

- A) apenas I, II e III;
- B) apenas I, II e IV;
- C) apenas I, III e IV;
- D) apenas II, III e IV;
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 75

De acordo com as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, o plano de contas aplicado ao setor público está organizado em diferentes níveis de desdobramentos, que definem as contas. Em relação a essas definições, é INCORRETO afirmar que:

- A) a classe Passivo compreende os grupos Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido;
- B) a classe Variação Patrimonial Aumentativa compreende itens que podem ser enquadrados como receita efetiva;
- C) a classe Variação Patrimonial Diminutiva contém um grupo denominado Tributárias, para indicar as despesas dessa natureza que causam redução do patrimônio público;
- D) a classe Controles se destina ao registro dos atos potenciais e outros controles e apresenta grupos com natureza credora e devedora;
- E) há duas classes distintas para registro dos atos que controlam a aprovação e a execução do planejamento e orçamento.

QUESTÃO 76

Na apresentação do Balanço Orçamentário, a partir das orientações editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, são itens que podem constar nas colunas de receitas e despesas, respectivamente:

- A) transferências intragovernamentais e reserva de contingência;
- B) transferências intragovernamentais e restituições;
- C) transferências de convênios e dívida mobiliária;
- D) transferências de convênios e restituições;
- E) restituições e integralização de capital social.

QUESTÃO 77

Em relação às orientações para elaboração do Balanço Financeiro, editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, a forma de apresentação dos ingressos e desembolsos é:

- A) a receita orçamentária realizada será discriminada por destinação de recurso;
- B) a receita orçamentária realizada será discriminada por categoria econômica e origem de recursos;
- C) a despesa orçamentária executada será discriminada por fonte de recurso;
- D) a despesa orçamentária executada será discriminada por categoria funcional;
- E) a despesa orçamentária executada será discriminada por categoria econômica e grupo de despesa.

QUESTÃO 78

A partir das definições da NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, é correto afirmar que:

- A) na geração de informação de custo para fins gerenciais, é facultativa a adoção dos princípios de contabilidade;
- B) são critérios para alocação de custos indiretos, observando as características do objeto de custo: dotação planejada disponível; quantidade de ordens de compra emitida; consumo de energia elétrica; número de servidores na unidade administrativa;
- C) a responsabilidade pela fidedignidade, consistência conceitual e apresentação das informações contábeis do sistema de custos é do gestor da entidade onde a informação é gerada;
- D) a granularidade é um atributo da informação de custos, que orienta que o sistema de custos deve permitir o detalhamento das informações em razão das diferentes expectativas e necessidades informacionais;
- E) o serviço público fornecido sem contrapartida ou por preço irrisório diretamente cobrado ao beneficiário será objeto de custeio apenas se apresentar uma relação custo benefício positiva.

QUESTÃO 79

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – (RREO) é composto de uma série de demonstrativos, que visam dar transparência à execução do orçamento em períodos menores para acompanhamentos dos órgãos de controle e da população. NÃO consta no RREO o Demonstrativo:

- A) do Resultado Primário;
- B) da Receita Corrente Líquida;
- C) dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- D) da Despesa com Pessoal;
- E) das Despesas com Saúde.

QUESTÃO 80

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é composto de uma série de demonstrativos, também conhecidos como anexos, que visam dar subsídios ao acompanhamento da gestão fiscal durante a execução do orçamento pelos órgãos de controle e da população. Sobre as regras para elaboração e divulgação do RGF, é INCORRETO afirmar que:

- A) o Relatório de Gestão Fiscal deverá ser elaborado e publicado quadrimestralmente por todos os entes da federação e por todos os poderes, individualmente;
- B) é facultado aos Municípios com população inferior a vinte mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal;
- C) para fins de divulgação de informações sobre gestão fiscal, a Lei Complementar nº 101/2000 não faz distinção entre fundações públicas de direito público e fundações públicas de direito privado;
- D) embora o Relatório de Gestão Fiscal, em geral, deva ser elaborado com periodicidade quadrimestral, há previsão de relatórios a serem publicados apenas no último quadrimestre de cada exercício;
- E) em todos os demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal, as receitas e despesas intraorçamentárias deverão ser computadas juntamente com as demais informações, sendo desnecessária a segregação em linhas específicas.

QUESTÃO 81

Sobre a prática do ato de improbidade administrativa, o ordenamento jurídico prevê que:

- A) o ato de improbidade administrativa pode ser cometido por conduta comissiva, mas não por conduta omissiva;
- B) o ato de improbidade administrativa está configurado somente quando restar comprovado o dolo por parte do agente;
- C) podem ser responsabilizados pela prática do ato de improbidade administrativa tanto agentes públicos como particulares;
- D) o Conselheiro do Tribunal de Contas relator de um processo que apura a regularidade de um contrato administrativo, verificando ilegalidades na licitação, pode decretar a indisponibilidade dos bens dos responsáveis, nos limites do dano ao erário;
- E) o membro do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas pode decretar a indisponibilidade dos bens dos responsáveis pelo ato de improbidade, nos limites do dano ao erário.

QUESTÃO 82

Atendendo ao mandamento constitucional, o legislador editou a Lei 8.429/92 disciplinando as sanções pela prática do ato de improbidade administrativa. Nesse contexto, pode-se afirmar que:

- A) são exemplos de sanções o ressarcimento integral do dano, a cassação dos direitos políticos, o pagamento de multa civil e a proibição de contratar com o poder público;
- B) são exemplos de sanções a perda da função pública e a proibição do infrator de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período fixado em lei;
- C) as sanções previstas em lei podem ser aplicadas pelo Tribunal de Contas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato e com o princípio da razoabilidade, e levando em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente;
- D) caso reconheça a existência do ato de improbidade, deve o magistrado aplicar todas as sanções previstas em lei, variando apenas a duração da penalidade, de acordo com o princípio da proporcionalidade, e levando em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente;
- E) na fixação das penas pelo crime de improbidade administrativa, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

QUESTÃO 83

A licitação é dispensável em casos previstos em lei, em que, embora seja viável a competição entre os particulares, o legislador entendeu inconveniente ao interesse público, como no caso:

- A) de contratação de serviços técnicos enumerados na lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a dispensa para serviços de publicidade e divulgação;
- B) de comoção pública, quando a situação possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, havendo dispensa para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de um ano;
- C) de compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- D) em que a licitação anterior restar frustrada, em razão de caso fortuito ou força maior;
- E) de contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

QUESTÃO 84

De acordo com o valor e a natureza do serviço ou bem a ser contratado, a lei fixou determinadas regras específicas de licitação, com seu respectivo procedimento. Sobre as modalidades de licitação, a Lei nº 8.666/93 estabelece que:

- A) concorrência é a modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;
- B) tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- C) convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, previamente cadastrados, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório;
- D) concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que sejam agentes públicos, para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial;
- E) leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda somente de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos, restando vencedor aquele que oferecer o maior lance, desde que igual ou superior ao valor da avaliação.

QUESTÃO 85

São exemplos de princípios específicos que regem a licitação pública, previstos na Lei nº 8.666/93:

- A) legalidade, publicidade e improbidade administrativa;
- B) devido processo legal, ampla defesa e proporcionalidade;
- C) impessoalidade, moralidade e julgamento subjetivo;
- D) igualdade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório;
- E) moralidade, igualdade e livre convencimento motivado.

QUESTÃO 86

Conhecendo as peculiaridades que distinguem o ato administrativo vinculado do ato administrativo discricionário, afirma-se que:

- A) o ato vinculado pode ser invalidado por vício de legalidade pela administração pública ou pelo poder judiciário, mas não pode ser revogado nem pela administração nem pelo judiciário;
- B) o ato discricionário pode ser invalidado e revogado, tanto pela administração pública como pelo poder judiciário;
- C) no ato vinculado, os elementos ou requisitos chamados competência, forma e finalidade estão previamente estabelecidos em lei, tendo o administrador liberdade apenas no que concerne ao motivo e objeto, mas sempre observado o interesse público;
- D) no ato discricionário, o administrador tem liberdade para agir de acordo com a conveniência e oportunidade em todos os elementos ou requisitos do ato administrativo, isto é, na competência, forma, finalidade, motivo e objeto;
- E) o ato discricionário pode ser convalidado quando houver um vício superável, não ocorrendo o mesmo com o ato vinculado, que deve ser invalidado quando se constatar algum vício sanável de legalidade.

QUESTÃO 87

Carlos José, Prefeito de um município no Estado do Rio de Janeiro, sem prévia autorização legislativa, editou um decreto declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, um terreno subutilizado do Estado do Rio de Janeiro, alegando que iria construir um hospital. A conduta do Prefeito está:

- A) correta, desde que realize a justa e prévia indenização ao proprietário Estado do Rio de Janeiro, antes de prosseguir na imissão na posse, e que não altere a finalidade que embasou o decreto expropriatório;
- B) errada, pois deveria ter obtido prévia autorização legislativa por se tratar de bem público e ter realizado a justa e prévia indenização ao proprietário Estado do Rio de Janeiro;
- C) errada, porque, em regra, bens públicos não podem ser desapropriados, exceto no caso previsto na Constituição, em que a União pode desapropriar bens dos Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante prévia autorização legislativa;
- D) errada, pois o município não pode desapropriar bem do estado membro, assim como o estado membro também não pode fazê-lo em relação a um município;
- E) errada, pois o município não pode desapropriar bem do estado membro, mas o estado membro pode fazê-lo em relação a um município situado dentro de seu território, com prévia autorização legislativa.

QUESTÃO 88

A Constituição prevê que o poder público pode delegar ao particular a prestação de serviço público, por exemplo, através do instituto da concessão, na forma da lei. Em relação às formas de extinção do contrato de concessão:

- A) a rescisão é facultada à concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- B) a anulação é facultada ao poder concedente, de acordo com seu poder discricionário, desde que proceda à justa indenização;
- C) a caducidade é facultada à concessionária quando o poder concedente der causa à inexecução total ou parcial do contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- D) a encampação é facultada ao poder concedente, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato por parte da concessionária, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- E) a revogação é facultada ao poder concedente, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato pela concessionária.

QUESTÃO 89

José da Silva, servidor ocupante de cargo efetivo da administração direta do Estado do Rio de Janeiro, elegeu-se Deputado Estadual. Sobre a disciplina jurídica de seu afastamento para exercício de mandato eletivo, pode-se afirmar que José da Silva:

- A) havendo compatibilidade de horário, poderá acumular seu cargo efetivo com seu mandato de Deputado, fazendo jus ao recebimento de ambas as remunerações;
- B) havendo compatibilidade de horário, poderá acumular seu cargo efetivo com seu mandato de Deputado, fazendo jus ao recebimento da remuneração pelo mandato mais 70% dos vencimentos de seu cargo efetivo;
- C) terá de se afastar de seu cargo efetivo para exercício do mandato, facultando-lhe optar pelo recebimento da maior remuneração;
- D) terá de se afastar de seu cargo efetivo para exercício do mandato, e receberá a remuneração pelos dois cargos;
- E) terá de se afastar de seu cargo efetivo para o exercício do mandato, sendo computado o tempo de afastamento para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento.

QUESTÃO 90

Sobre o ingresso no serviço público do Estado do Rio de Janeiro, através de concurso público, o ordenamento jurídico atual prevê que:

- A) após dois anos de efetivo exercício das funções, o servidor adquire estabilidade;
- B) o candidato habilitado nas provas e no exame de sanidade físico-mental será submetido a estágio experimental, pelo prazo de seis a doze meses, período em que perceberá o valor correspondente a 80% do vencimento do cargo, sendo-lhe assegurada a diferença, se nomeado afinal;
- C) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego;
- D) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- E) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em regular concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

QUESTÃO 91

Por possuir unidade de soberania e pluralidade de autonomia com fundamento na Constituição, o Brasil é tido como uma federação. O federalismo brasileiro é classificado como:

- A) simétrico; centrífugo; de quatro níveis e cooperativo;
- B) assimétrico; centrífugo; de dois níveis e de integração;
- C) simétrico; centrípeto; de dois níveis e de integração;
- D) assimétrico; centrífugo; de quatro níveis e cooperativo;
- E) assimétrico; centrípeto; de quatro níveis e de integração.

QUESTÃO 92

Por ser dotado de personalidade jurídica, o Estado está apto a celebrar pactos bilaterais, de maneira a figurar como parte na relação jurídica obrigacional. Assim sendo, há a possibilidade jurídica de o Estado firmar convênios administrativos. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) os convênios se caracterizam pela existência de interesses opostos e diversos;
- B) a recíproca cooperação é dispensável nos convênios;
- C) a celebração de convênios, via de regra, depende de prévia licitação;
- D) os convênios são ajustes firmados por pessoas jurídicas administrativas entre si, ou entre estas e entidades particulares;
- E) o ordenamento jurídico brasileiro não permite a celebração dos chamados convênios interorgânicos.

QUESTÃO 93

O terceiro setor é formado por pessoas jurídicas que, não obstante não integrem o sistema da administração pública indireta, cooperam com o governo, prestando serviço de utilidade pública. Essas pessoas jurídicas são denominadas entidades paraestatais e, entre elas, temos as pessoas de cooperação governamental que desenvolvem os serviços sociais autônomos, as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- A) as pessoas jurídicas que desenvolvem serviços sociais autônomos, por terem natureza jurídica de direito privado, não prestam contas ao Tribunal de Contas;
- B) as pessoas de cooperação governamental que desenvolvem os serviços sociais autônomos independem de lei autorizadora para sua criação;
- C) a qualificação jurídica como organização social de uma pessoa jurídica de direito privado que desenvolve atividades sem fins lucrativos, uma vez preenchidos os requisitos legais, é uma discricionariedade da Administração Pública e se dá por meio do contrato de gestão;
- D) as pessoas de cooperação governamental não gozam de imunidade tributária, na medida em que possuem natureza jurídica de direito privado, não obstante desenvolverem atividades sem fins econômicos e lucrativos;
- E) organização da sociedade civil de interesse público é a qualificação jurídica dada a uma pessoa jurídica de direito privado ou público, sem fins lucrativos, que recebe delegação do Poder Público para desenvolver serviço público social, por meio do termo de parceria, que é um ato vinculado da Administração Pública.

QUESTÃO 94

A Constituição da República de 1988 consagrou no seu art. 2º a teoria da “tripartição dos Poderes” exposta por Montesquieu. Contudo, o fez de forma abrandada, na medida em que essa separação não é pura e absoluta. Assim sendo, cada poder exerce funções típicas e atípicas. Sobre o tema, é correto afirmar que são funções:

- A) típicas do Poder Judiciário julgar e administrar;
- B) atípicas do Poder Legislativo administrar e fiscalizar;
- C) típicas do Poder Executivo administrar e legislar;
- D) típicas do Poder Executivo administrar e julgar;
- E) típicas do Poder Legislativo fiscalizar e legislar.

QUESTÃO 95

O Estado atua por meio de órgão, agentes e pessoas jurídicas, tendo sua organização calcada em três situações fundamentais, quais sejam, a centralização, a descentralização e a desconcentração. A respeito do tema, é correto afirmar que:

- A) na administração descentralizada, as pessoas da administração indireta são vinculadas a determinado órgão da respectiva administração direta;
- B) pela descentralização, o Estado desmembra órgão para propiciar melhoria na sua organização estrutural;
- C) a administração centralizada reflete a administração direta, ao passo que a administração desconcentrada conduz à noção de administração descentralizada;
- D) pela desconcentração, o Estado executa suas tarefas indiretamente, isto é, delega as atividades a outras entidades;
- E) na administração centralizada, o controle tem como fundamento uma relação de vinculação.

QUESTÃO 96

Sobre as agências reguladoras, é correto afirmar que:

- A) é vedada aos Estados e Municípios a criação de agências reguladoras;
- B) as agências reguladoras são pessoas jurídicas de direito privado e destinam-se à regulação de atividades econômicas;
- C) as agências reguladoras integram a Administração Pública Direta e são dotadas de personalidade jurídica de direito público;
- D) as agências reguladoras são fundações dotadas de regime jurídico especial, caracterizado, dentre outros aspectos, pela independência administrativa, razão pela qual não se submetem ao controle dos Tribunais de Contas;
- E) o regime jurídico das agências é marcado, dentre outros fatores, por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica e autonomia financeira, o que não afasta o controle de suas atividades-meio pelos Tribunais de Contas.

QUESTÃO 97

Os consórcios públicos são negócios jurídicos pelos quais se pode expressar a vontade de cooperação mútua dos pactuantes. A respeito do tema, é correto dizer que:

- A) os consórcios públicos, por decorrerem de manifestação de vontade, são considerados negócios jurídicos de direito privado;
- B) a participação de uma pessoa estatal no consórcio pode ser decidida apenas pelo Poder Executivo;
- C) os consórcios públicos constituirão associação pública ou de direito privado;
- D) na área da saúde, os consórcios públicos não deverão obedecer aos princípios, normas e diretrizes que regulam o Sistema Único de Saúde;
- E) os consórcios públicos podem ser formados entre os entes da federação e, entre estes e pessoas jurídicas de direito privado, pertencentes ou não à Administração Pública Indireta.

QUESTÃO 98

As subvenções correspondem às despesas referentes às transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, como dispõe a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) são denominadas subvenções econômicas as transferências que se destinam a empresas públicas e privadas de caráter comercial, industrial, agrícola ou pastoril;
- B) serão concedidas subvenções à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas insatisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização;
- C) subvenções sociais são aquelas destinadas a instituições públicas e privadas, de caráter assistencial ou cultural, independentemente de terem finalidade lucrativa ou não;
- D) a concessão das subvenções sociais visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, ainda que a suplementação de recursos da iniciativa privada aplicados a esse objetivo não se revele mais econômica;
- E) as dotações destinadas a pagamento de bonificações e produtores de determinados gêneros ou materiais, também são consideradas subvenções sociais.

QUESTÃO 99

Tanto as empresas públicas como as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas pertencentes à Administração Pública Indireta e possuem uma série de características em comum, diferenciando-se pelo fato de que:

- A) as empresas públicas podem gozar de privilégios fiscais extensivos às do setor privado, já as sociedades de economia mista, ainda que haja extensão às do setor privado, não podem gozar de privilégios fiscais, por força da Constituição Federal;
- B) as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, ao passo que as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado ou público;
- C) as empresas públicas independem de autorização legal para serem criadas, diferentemente das sociedades de economia mista, em que a autorização legal é exigida para sua criação;
- D) as empresas públicas têm patrimônio próprio e capital exclusivo do Poder Público, ao passo que na sociedade de economia mista exige-se, apenas, que o controle acionário pertença ao Poder Público;
- E) a proibição constitucional de acumulação remunerada de cargos e funções incide apenas na sociedade de economia mista e não na empresa pública.

QUESTÃO 100

Acerca das autarquias, é correto afirmar que:

- A) não estão sujeitas ao controle externo do Poder Legislativo;
- B) são criadas e extintas por ato do chefe do Poder Executivo;
- C) integram a Administração Direta, não estando sujeitas ao controle hierárquico do ente que as criou;
- D) a Administração Pública ao criar uma autarquia, apenas transfere para ela a execução de determinado serviço público, permanecendo com a titularidade desse serviço;
- E) são detentoras, em nome próprio, de direitos e obrigações, poderes e deveres, prerrogativas e responsabilidades.

ESPAÇO PARA MARCAÇÃO DAS SUAS RESPOSTAS

1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

Tribunal De Contas do Estado do Rio de Janeiro

ATENÇÃO - Transcreva a frase a seguir para a área definida na sua Folha de Respostas:

O TCE é órgão constitucionalmente autônomo.

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

VERIFICAÇÕES:

1. Verifique se você recebeu o Caderno de Questões e a Folha de Respostas. Verifique ainda se o gabarito do Caderno de Questões corresponde ao da Folha de Respostas.
2. Confira seus dados pessoais, em especial o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
3. Verifique ainda se no seu Caderno de Questões estão impressas as 100 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções (A,B,C,D,E), e se a numeração está distribuída de acordo com o Edital:

01 a 20 - Língua Portuguesa; de 21 a 30 - Noções de Direito; de 31 a 35 - Controle Externo; 36 a 40 - Legislação Básica; 41 a 100 Conhecimentos Específicos.

4. Qualquer divergência ou dúvida do candidato deverá ser encaminhada ao Fiscal de Sala, imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.

PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

1. O candidato deverá transcrever as respostas das questões das provas objetivas para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que, para obter pontuação em cada questão, deverá marcar uma, e somente uma, das alternativas de resposta correspondente a cada questão.
2. A marcação da Folha de Respostas deverá ser feita cobrindo fortemente, com caneta esferográfica indelével, de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Não será permitido o uso de corretor ou caneta fluorescente.
3. Será atribuída nota zero às questões assinaladas com falta de nitidez, com mais de uma alternativa, com rasura, emenda, preenchimento parcial do campo de respostas, não assinaladas e demais casos previstos no Edital do concurso.
4. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da Folha de Respostas.
5. A Folha de Respostas não será substituída em hipótese alguma por erro do candidato. A Folha de Respostas não deverá ser amassada, dobrada, rasgada, manchada ou sofrer qualquer tipo de dano que prejudique a correção da mesma.
6. O candidato é responsável pela assinatura e preenchimento do campo destinado ao Exame Grafotécnico na Folha de Respostas.

DURAÇÃO DA PROVA

1. A prova terá duração de 5 (cinco) horas improrrogáveis, incluindo o tempo de marcação para preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição da redação para o verso da Folha de Respostas. Será eliminado o candidato que não devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, dentro desse prazo.
2. A saída de candidatos do local de prova só será permitida após 60 minutos do seu início efetivo.

DURANTE A PROVA

1. Após identificado e instalado na sala, o candidato não poderá comunicar-se com outros candidatos ou com qualquer pessoa estranha ao concurso.
2. Não será permitido nenhum tipo de consulta a qualquer material, bem como o uso de quaisquer equipamentos eletrônicos, especialmente os de recepção e/ou transmissão de voz ou de dados, os quais deverão ser entregues à equipe de fiscalização, para serem devolvidos ao término da prova.
3. Por motivo de segurança, durante a prova só será permitido fazer anotações no Caderno de Questões, bem como copiar os seus assinalamentos, na área reservada para este fim, no próprio Caderno de Questões. Somente esta parte poderá ser destacada e levada pelo candidato.

AO TÉRMINO DA PROVA

1. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine a prova.
2. Entregue ao Fiscal de sala o seu Caderno de Questões e a Folha de Respostas, não sendo permitido em hipótese alguma levar o Caderno de Questões.

SERÁ ELIMINADO DO CONCURSO O CANDIDATO QUE DESRESPEITAR A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO OU QUALQUER DAS NORMAS ESTABELECIDAS.